

PNEC 2030: APREN aplaude metas para renováveis, mas pede resolução urgente dos obstáculos

Proposta apresentada pelo governo estabelece o objetivo de ter 47 GW de potência renovável em 2023, perto do triplo da capacidade instalada no final de 2022. Setor pede resolução rápida para desbloquear investimento privado de cerca de 60 mil milhões de euros em renováveis.

A [APREN – Associação Portuguesa de Energias Renováveis](#) aplaude o firme compromisso do Governo com a aceleração da transição climática e energética, refletido na primeira versão da revisão do Plano Nacional de Energia e Clima 2030 (PNEC 2030).

Porém, a APREN relembra que é ainda necessário ultrapassar os obstáculos que assolam o setor renovável há vários anos. As dificuldades e a morosidade do processo de licenciamento de projetos renováveis são problemas centrais há vários anos, sendo urgente o aumento de capacidade, de modernização e de digitalização das instituições envolvidas no processo – nomeadamente a Agência Portuguesa do Ambiente (APA), Direção-Geral de Energia e Geologia (DGEG), Instituto da Conservação da Natureza e Florestas (ICNF), Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional (CCDRs) e Municípios.

O aumento das metas para 2030, sendo em si uma boa notícia para o ambiente, para a segurança energética e também para garantir energia limpa e barata para todos os consumidores, torna ainda mais urgente a dotação adequada das instituições públicas, até porque está a bloquear um investimento muito avultado na economia portuguesa – cerca de 60 mil milhões de euros só em renováveis, conforme referido pelo Ministro do Ambiente e Ação Climática, Duarte Cordeiro.

“Numa altura em que se volta a aumentar, e bem, a ambição climática, não faz sentido bloquear o desenvolvimento das renováveis. Trata-se de uma área muito importante para o país e que pode vir a ter representatividade do ponto de vista da contribuição para o PIB muito equivalente ao turismo. Paralelamente, as renováveis são também centrais para garantir preços de energia baixos, impactando diretamente o bolso dos Portugueses”, referiu Pedro Amaral Jorge, Presidente da Direção da APREN.

Esta primeira versão foi apresentada à Comissão Europeia no passado dia 30 de junho. A revisão do documento, que deve envolver os principais atores dos vários setores envolvidos, decorrerá no próximo ano, com a submissão do documento final à Comissão Europeia marcada para o dia 30 de junho de 2024.

O documento, que pode ser consultado na [página da Direção-Geral de Energia e Geologia \(DGEG\)](#), estabelece objetivos para todas as fontes de energia, até 2025 e 2030*. Portugal terminou o ano de 2022 com mais de 16 GW de potência renovável instalada, pretendendo-se chegar quase ao triplo até 2030.

Lisboa, 3 de julho de 2023.

*Objetivos inscritos na proposta de Plano Nacional de Energia e Clima (PNEC):

<u>Tecnologia</u>	<u>2025</u>	<u>2030</u>
Hídrica	8,1 GW	8,1 GW
Eólica	6,3 GW	12,4 GW
- Eólica <i>Onshore</i>	6,3 GW	10,4 GW
- Eólica <i>Offshore</i>	0,0 GW	2,0 GW
Solar Fotovoltaico	8,4 GW	20,4 GW
- Centralizado	6,1 GW	14,9 GW
- Descentralizado	2,3 GW	5,5 GW
Solar Térmico Concentrado	0,0 GW	0,6 GW
Biomassa / Biogás e resíduos	1,2 GW	1,4 GW
Geotermia	0,0 GW	0,1 GW
Ondas	0,0 GW	0,2 GW
Gás Natural	4,9 GW	3,8 GW
Produtos Petrolíferos	0,6 GW	0,4 GW
TOTAL	30 GW	47 GW

Para mais informações contacte:

Diogo Carvalheda | diogo.carvalheda@apren.pt | +351 918 775 963

Sobre a APREN:



A [Associação Portuguesa de Energias Renováveis \(APREN\)](#) é uma associação sem fins lucrativos, constituída em outubro de 1988, com a missão de coordenação e representação dos interesses comuns dos seus Associados na promoção das Energias Renováveis no setor da eletricidade.

A APREN desenvolve trabalho em conjunto com organismos oficiais e outras entidades congéneres, a nível nacional e internacional, constituindo um instrumento de participação nas políticas energética e ambiental através do aproveitamento e valorização dos recursos naturais para produções de eletricidade, nomeadamente nos domínios hídricos, eólico, solar, geotérmico, da biomassa, do biogás e dos resíduos sólidos urbanos.